

A FALÁCIA NATURALISTA E A DERIVAÇÃO DE SEARLE ¹

The Naturalistic Fallacy and Searle's Derivation

Daniel Pires Nunes²

RESUMO

Neste artigo pretendemos caracterizar a questão da chamada falácia naturalista e avaliar como John Searle a aborda. Para isso, trataremos de forma breve os argumentos de David Hume e G. E. Moore para posteriormente analisarmos como as objeções de Searle à suposta falácia se relacionam com tais abordagens e se obteve êxito.

Palavras-chave: dever/ser. John Searle. naturalismo. falácia naturalista. metaética.

ABSTRACT

In this article we intend to characterize the issue of the so-called naturalistic fallacy and to evaluate how John Searle approaches it. To do this, we will briefly approach the arguments of David Hume and G. E. Moore and then analyze how Searle's objections to the alleged fallacy relate to such approaches and if have been successful.

Key-words: ought/is. John Searle. naturalism. naturalistic fallacy. metaethics.

Neste artigo pretendemos caracterizar a questão da chamada falácia naturalista e avaliar como John Searle a aborda. Para isso, trataremos de forma breve os argumentos de David Hume e G. E. Moore para posteriormente analisarmos como as objeções de Searle à suposta falácia se relacionam com tais abordagens e se obteve êxito.

Há vários "naturalismos" em filosofia, sobretudo em filosofia da mente e em filosofia moral. Um ponto em comum a todas as formas de naturalismo, sobretudo o naturalismo ético, é o pressuposto de que a realidade

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.248960>

² Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Doutorando em Filosofia pelo PPGFIL da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e mestre em Filosofia pela mesma universidade (2014). Atualmente é docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Erechim. E-mail: daniel.nunes@erechim.ifrs.edu.br, dpnunes2@ucs.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1111-2764>. Agradecimento à CAPES pela bolsa de estudos (PROSUC) e em especial ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) pela oportunidade de estudo sem a qual este texto não seria possível.

pode ser reduzida à realidade natural. Notadamente responder a como o ético se situa no quadro descritivo sempre foi um desafio às posições naturalistas. Quando aplicado à ética, podemos entender o termo "naturalismo"³, a partir de Moore (1922), no sentido de que predicados morais possam ser reduzidos àqueles predicados descritos pelas ciências naturais empíricas. Um argumento famoso contra o reducionismo proposto pelos "naturalismos" é o que aponta a suposta "falácia naturalista". Abordaremos neste texto a falácia naturalista apresentada por Hume e Moore, bem como o Argumento da Questão Aberta (OQA) deste último, o qual se propõe a atacar à posição que defende uma identidade entre ser bom e determinadas propriedades naturais. Na sequência trataremos das críticas de John Searle contra a suposta falácia naturalista. Ademais, avaliaremos como suas posições baseadas na teoria dos atos de fala se relacionam com o Argumento da Questão Aberta de Moore. Se as críticas searleanas forem avaliadas como bem sucedidas, talvez se possa propor que a moral, como fato institucional, possa se fundamentar na linguagem como fato institucional básico.

A Guilhotina de Hume e a falácia naturalista

A acusação feita contra as posições naturalistas de incidirem em uma falácia em questões morais, na verdade, é antiga. David Hume já apresentava em seu Tratado da Natureza Humana (*Tratado*, Livro III, Parte I, Seção I) a famosa *Lei de Hume*⁴ afirmando que não se pode obter conclusões normativas a partir de premissas puramente descritivas ou factuais. Isso porque as

³ Duas correntes importantes do naturalismo são a da escola de Cornell e a de Jackson (1998) – ambos realismos naturalistas, o primeiro de cunho sintético e o segundo analítico. Aqui, para deixar claro o que entendemos por realismo, utilizaremos a aceção de Khlentzos (2016, p. 152) de que "Os realistas sustentam minimamente que o mundo e seus constituintes existem independentemente da mente". Por esse motivo, a associação do naturalismo com o realismo implica a concepção de um mundo em que há fatos morais (BRITO, 2010, p. 225).

⁴ Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece totalmente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes. [...] [A] distinção entre vício e virtude não está fundada meramente nas relações dos objetos, nem é percebida pela razão". (HUME, *Tratado*, Livro III, Parte I, Seção I).

proposições normativas não seriam a respeito de fatos, por outro lado as premissas estariam relacionadas a fatos e a partir destes não poderíamos derivar valor. Tal trecho importante da obra é chamado também de *Guilhotina de Hume*. De uma forma mais simples, a *Guilhotina de Hume* diz que não há normatividade na natureza. A impossibilidade de se derivar um *deve* de um *é* residiria justamente na suposta inviabilidade de que o primeiro termo já estivesse contido no segundo⁵.

Iniciamos tratando do trecho humeano porque Rodríguez Ortiz (2015, p. 217 – 2018) defende que há uma confusão entre o que se entende por *Guilhotina de Hume* e o que se chama de falácia naturalista. Segundo ela, a falácia naturalista está relacionada com a tentativa de reduzir o "bom" ao que é natural – o que seria uma questão de filosofia da linguagem. Por outro lado, ela firma que a *Guilhotina de Hume* trata apenas da impossibilidade de se derivar um *deve* de um *é*. Entretanto Brito (2010, p. 219) observa que ambas são chamadas de "falácia naturalista" porque as posições criticadas por Moore pelo fato de fazerem uma redução do "bom" ao natural acabam por incidir nessa derivação atacada por Hume. O que nos interessa – independentemente de quais nomes se dão aos argumentos – é que a crítica exposta por Hume é um desafio às tentativas de se derivar uma prescrição a partir de premissas descritivas. Veremos adiante como Searle trata esta questão.

Moore e o argumento da questão aberta

Mais recentemente, no início do séc. XX, em seu *Principia Ethica*⁶, Moore (1922; 2002) nos apresentou a sua concepção da clássica falácia naturalista. Ele desenvolveu argumentos básicos contra o naturalismo realista antecipando-se à discussão acerca da redução naturalista que estaria em voga no séc. XX. Como quem incide na suposta "falácia naturalista" da forma como é concebida por Moore acaba por cometer aquela que se enquadra

⁵ Giarolo (2013, p. 3) afirma, baseando-se em MacIntyre (1969), que talvez Hume não tenha defendido uma posição tão forte, mas que tenha pretendido "atacar as concepções morais de seu período e não criar uma barreira inferencial entre fato e valor". Isso porque o próprio Hume teria feito tal derivação ao tratar da questão da justiça (GIAROLO, 2013, p. 3 apud MacIntyre 1969, p. 36).

⁶ Publicado originalmente em 1903.

na de Hume, trataremos especificamente do raciocínio do autor mais recente.

Podemos classificar as posições naturalistas em duas categorias básicas com relação à identidade entre propriedades morais e propriedades naturais. O naturalismo sintético é aquele que defende que tal identidade é sintética, pois poderia ser verificada empiricamente. Já o naturalismo analítico é aquele segundo o qual tal identidade ocorre na existência de relações de sentido. Afirmamos anteriormente que o Argumento da Questão Aberta (OQA) combate a identidade entre ser bom e certas propriedades naturais. Segundo Brink (2001, p. 155), o objetivo de Moore ao utilizar tal argumento foi de negar que propriedades morais são propriedades naturais ou ainda sobrenaturais. Isto porque para Moore (1922) as propriedades morais são não-naturais e *sui generis*. Resumindo este argumento, podemos dizer primeiramente que foi dirigido especialmente ao naturalismo analítico, ou seja, como dito, àqueles que supõem que há uma identidade analítica entre ser bom e certas propriedades naturais. Para Moore (2002) natural é aquilo que pode ser objeto de estudo das ciências (e aqui incluem-se tanto as ciências exatas, as ciências humanas, as biociências quanto a psicologia), ou seja, tudo o que é temporal. Então o que distinguiria o natural do não-natural seria a questão do tempo. Por isso, segundo ele, se de fato "bom" fosse um sentimento, estaria no tempo. Moore (2002) defende então que para que uma coisa seja boa ou não, é algo temporal, entretanto a propriedade "bom" estaria fora do tempo. Moore (2002) sustentou que propriedades morais não são propriedades naturais e que quem pressupõe tal identidade comete a falácia naturalista. Para isso, sustentou que o termo "bom" não pode ser analisado, que é logicamente simples e por isso indefinível. Um exemplo utilizado como analogia é o amarelo (a cor) que não pode ser identificado apenas como um comprimento de onda.

Meu argumento é que "bom" é uma noção simples, assim como "amarelo" é uma noção simples; que, assim como você não pode, de nenhuma maneira, explicar para quem ainda não conhece, o que é amarelo, você não pode explicar o que é bom. Definições [...] que descrevem a natureza real do objeto ou noção denota-

da por uma palavra [...] só são possíveis quando o objeto ou noção em questão é algo complexo. (MOORE, 1922, p. 7).

O amarelo, como cor percebida, é indefinível. Só podemos apontar e dizer "isso é amarelo" para que possamos tentar transmitir a ideia da cor que percebemos. Não podemos explicar a tal ponto que o interlocutor que não sabe o que é o amarelo consiga conceber a mesma impressão de cor. Da mesma forma "bom" como objeto de estudo da ética "é um objeto de pensamento simples, indefinível e não analisável" (MOORE, 1922, p. 21; 123). Assim, na impossibilidade de explicarmos algo logicamente simples, qualquer tentativa de definir tal termo acabaria, segundo Moore, por cometer a falácia naturalista porque implicaria identificar o conceito com objetos do mundo natural (BRITO, 2010, p. 219).

Mas já que estamos tratando do Argumento da Questão Aberta (OQA) temos que responder à seguinte pergunta. O que seriam questões abertas e fechadas? Em questões fechadas a resposta já se encontra na própria pergunta. Não apelam para informações adicionais. Por exemplo: "Todo triângulo tem três lados?". Já faz parte da definição de triângulo ter três lados. Já nas questões abertas, a resposta deve ser obtida fora da própria pergunta. É preciso uma informação empírica adicional, como na pergunta "O Uruguai é uma república?". Ser uma república não é o mesmo que Uruguai. Não há uma identidade.

Então, se tentarmos testar se "bom" tem o mesmo significado que um outro termo, ou seja, se ambos os termos em questão se referem ao mesmo referente, teremos uma questão fechada. Moore faz alguns testes perguntando se "'Bom' é o que dá prazer?" ou ainda se "'Bom' é o que é desejado?", por exemplo. Sobre a tentativa de identificar o "bom" com o prazer, ele afirma que "Quando dizem 'prazer é bom', não podemos crer que querem dizer meramente 'prazer é prazer' e nada além disso" (MOORE, 1922, p. 12). Note-se que, se dizer que "prazer é bom" fosse o mesmo que dizer que "prazer é prazer", teríamos uma pergunta fechada.

[...] teorias éticas que declaram que nenhum valor intrínseco pode ser encontrado, exceto na posse de alguma propriedade natural, além do prazer; e que declaram isso porque se supõe que ser "bom" significa pos-

suir a propriedade em questão. Tais teorias eu chamo de "naturalistas". Assim, atribuirei o nome Naturalismo a um método particular de abordagem da ética, um método que, estritamente entendido, é inconsistente com a possibilidade de qualquer ética. Esse método consiste em substituir por 'bom' uma propriedade de um objeto natural ou de uma coleção de objetos naturais; e, assim, substituindo a ética por algumas das ciências naturais. (MOORE, 1922, p. 39 - 40).

Para ficar mais claro, vejamos como Moore testa se "bom" é o que dá prazer.

O passo importante para a ética é este que acabamos de dar, o passo que pretende provar que "bom" significa "desejado". Bem, a falácia nesta etapa é tão óbvia, que é maravilhoso como Mill não conseguiu vê-la. O fato é que 'desejável' não significa 'capaz de ser desejado' como 'visível' significa 'capaz de ser visto'. O desejável significa simplesmente o que deve ser desejado ou merece; assim como o detestável não significa o que eu posso ser, mas o que deve ser detestado e o condenável o que merece ser condenado. Mill, então, contrabandeava, sob a capa da palavra "desejável", a própria noção sobre a qual ele deveria ficar bem claro. 'Desejável' realmente significa 'o que é bom desejar'; mas quando isso é entendido, não é mais plausível dizer que nosso único teste é o que é realmente desejado. É apenas uma tautologia quando o Livro de Oração fala de bons desejos? Os maus desejos também não são possíveis? Não, encontramos o próprio Mill falando de um "objeto melhor e mais nobre do desejo" (p. 10), como se, afinal, o que é desejado não fosse *ipso facto* bom e bom na proporção da quantidade desejada. Além disso, se o desejado é *ipso facto*, o bem; então o bem é *ipso facto* o motivo de nossas ações, e não há como encontrar motivos para fazê-lo, como Mill se esforça para fazer. (MOORE, 1922, p. 66 -67; 2002, p. 117 - 118).

Da mesma forma, aquilo "que é desejado" não é "bom" por definição, i. e., a descrição do que é desejado não nos dá a definição de "bom". Como exemplo, poderíamos ter o seguinte enunciado descritivo: "Fulano deseja furar o dedo". Entretanto satisfazer o desejo de "furar o dedo" é "bom"? Poderia ser o caso de um exame de glicose – o que tornaria o ato instrumentalmente bom. Por outro lado, poderia ser simplesmente um ato

impulsivo de automutilação. É evidentemente uma questão aberta. Para Moore, se continuássemos a fazer testes sobre a definição de "bom", nunca chegaríamos a uma questão fechada. Logo, "bom" seria indefinível. Portanto, se tal argumento (OQA) é bem sucedido, "bom" é indefinível. Então não poderíamos identificar um referente do termo "bom" com um referente natural. Ou seja, depende da premissa de que dois termos só denotam a mesma coisa se ambos os termos tiverem o mesmo significado, caso contrário, não fazem referência à mesma coisa. Então se um termo for indefinível, a propriedade à qual ele fizer referência será irreduzível. Seguindo pelo que já expusemos, se o termo "bom" é indefinível, é também irreduzível e *sui generis*.

Em seu artigo posterior intitulado "The conception of intrinsic value", Moore (1970) defende que somente propriedades valorativas são não-naturais, enquanto que propriedades naturais seriam descritivas. Ele reconhece que não consegue explicar o que diferencia exatamente as propriedades naturais de não-naturais. Seu entendimento é de que propriedades naturais descrevem um objeto enquanto as não-naturais não o fazem. Então, ao descrever um objeto, uma propriedade valorativa (como uma propriedade moral) poderia ser dispensada de tal descrição.

Se você pudesse enumerar todas as propriedades intrínsecas [naturais] que uma coisa possuísse, você teria dado uma descrição completa dela, e não precisaria mencionar qualquer predicado [não-natural] de valor que ela possuísse; ao passo que nenhuma descrição de uma dada coisa poderia ser completa se omitisse qualquer propriedade intrínseca [natural] dela (MOORE, 1970, p. 274).

Para Moore (1970, p. 260), "Dizer que um tipo de valor é 'intrínseco' significa meramente que a questão de saber se uma coisa o possui, e em que grau ela o possui, depende exclusivamente da natureza intrínseca da coisa em questão". Julgamentos de valor intrínseco seria resultado de reflexão acerca de uma propriedade abstrata que depende de outras propriedades (MOORE, 1970, p. 17).

É imediatamente óbvio que, quando vemos que uma coisa é boa, sua bondade não é uma propriedade que possamos pegar em nossas mãos, ou separá-la, mesmo pelos instrumentos científicos mais delicados, e trans-

ferir para outra coisa. Na verdade, não é como a maioria dos predicados que atribuímos às coisas, uma parte daquilo a que atribuímos. (MOORE, 1922, p. 124).

O argumento da questão aberta (OQA) sofre de algumas limitações e por isso há algumas objeções. Uma delas é que os exemplos dados por ele não são base para um raciocínio indutivo. Não é porque não foi apresentada uma questão que seja fechada acerca do termo "bom" que não pode ainda sê-lo. Sendo uma espécie de teste, o argumento da questão aberta (OQA) não é exaustivo. Seria, assim, uma generalização apressada.

A solução de Moore é intuicionista: de que apreendemos o valor intrínseco por um ato de intuição (BRITO, 2010, p. 219). Neste sentido, proposições analíticas são dadas intuitivamente. É o caso das questões fechadas. No caso do termo "bom", é um valor apreendido pela intuição. Isso não implica que o dever possa ser dado pela intuição: o dever é obtido inferencialmente, já o valor vem antes da obrigação. Tal questão também veremos adiante como Searle a trata.

A derivação de Searle e a falácia naturalista

Dadas as apresentações preliminares dos argumentos de Hume e Moore, vejamos como John R. Searle, por sua vez, fez uma tentativa de defesa de que é possível obter proposições avaliativas a partir de premissas que sejam puramente descritivas. Tal esforço foi primeiramente empreendido em seu famoso artigo publicado nos anos 60 (SEARLE, 1964) e posteriormente, em uma reelaboração com poucas modificações no argumento, no oitavo capítulo do seu livro intitulado "Atos de fala" (SEARLE, 2011, p. 175 - 198; 1981, p. 231 - 261). Aliás a sua defesa está intimamente relacionada com a sua teoria dos atos de fala. O título da primeira seção que compõe o sexto capítulo (SEARLE, 2011, p. 132 - 136; 1981, p. 174 - 180) desta última obra já nos sugere a posição searleana perante a questão: "A falácia da falácia naturalista". Ele afirma, ao final daquela seção, que "enunciados descritivos de fato implicam logicamente enunciados avaliativos" (SEARLE, 2011, p. 136) – o que já torna explícita a sua posição quanto à derivação de um "deve" a partir de um "é". Precisamos então avaliar quais as razões que o fazem chegar a tal conclusão que contraria tanto a Hume

quanto a Moore. Entretanto vale frisar que o próprio Searle (2011, p.176) afirma não estar interessado em oferecer contra-exemplos aos argumentos de Hume e Moore. Em outros termos, para defender a sua posição, segue um trajeto argumentativo diferente de ambos. Ademais, ressalta também que não está preocupado – naquela obra – em tratar da distinção metafísica entre fato e valor.

O movimento feito por Searle no sexto capítulo de *Atos de Fala* (SEARLE, 2011) tem início com uma ressalva em relação a Moore acerca da expressão "falácia naturalista". Ele destaca que tal termo talvez tenha sido atribuído injustamente a Moore, visto que afirmar que enunciados avaliativos não podem ser derivados de enunciados descritivos é, segundo Searle (2011, p. 132), uma posição acerca da força ilocucionária de elocuições em geral, não somente éticas. Ou seja, segundo Searle, Moore havia tratado da derivação de uma forma mais geral. Entretanto o próprio Moore (2002, p. 90 – 91) se vale da expressão "falácia naturalista" quando aborda a ética naturalista descrita por ele como a posição que supõe que o termo bom pode ser definido "em função de um objeto natural" (MOORE, 2002, p. 91).

Mas dando início ao raciocínio, Searle (2011, p. 132 – 133) se vale de uma questão apontada por James Opie Urmson. Este aponta em suma que quando dizemos que um argumento é bom, emitimos um enunciado sobre o próprio argumento. Tomamos esse termo "bom" como equivalente a "válido". Ora, "válido" e "inválido" são termos que correspondem à nossa aprovação ou reprovação do argumento⁷. Quaisquer descrições que façamos acerca de um argumento implicam uma conclusão de que tal argumento é válido ou inválido. Tal conclusão é avaliativa, pelas razões que acabamos de expor. Por isso, Searle conclui, por este percurso de raciocínio, que podemos derivar enunciados avaliativos de enunciados descritivos, pois mesmo que só haja termos descritivos em um argumento dedutivo válido, as descrições sobre o argumento poderiam implicar um enunciado avaliativo (SEARLE, 2011, p. 132 – 134). Este é o primeiro movimento do raciocínio de Searle: da descrição do argumento obtemos um enunciado avaliativo. Não é o caso de ser uma questão aberta ou fechada nem de tratar do termo "bom", mas

⁷ Searle (2011, p. 133) faz referência especificamente a argumentos dedutivos – o que "equivale a especificar critérios dedutivos para sua apreciação" (SEARLE, 2011, p. 134).

uma questão de linguagem que parece transpor a suposta barreira entre enunciados descritivos e avaliativos.

Na sequência, para complementar a sua defesa, o filósofo propõe que só porque dois enunciados têm forças ilocucionárias diferentes, não quer dizer que a proposição de um não pode implicar a proposição de outro.

[...] do fato de que uma frase seja ‘avaliativa’, ou de que sua realização tenha a força ilocucionária de avaliação, não se segue que a proposição expressa não possa ser implicada por uma proposição expressa pela realização de uma frase descritiva, ou que tenha a força ilocucionária de ‘descrição’. (SEARLE, 2011, p. 148).

E é aqui que reside, segundo ele, a natureza da "falácia da falácia naturalista". Vamos nos valer de um exemplo de definição estipulativa feita por uma entidade governamental utilizado por Urmson (1953)⁸ e exposto por Searle: dizer que "Esta maçã é de qualidade superior" tem força ilocucionária diferente de dizer "Esta maçã possui as características A, B e C". E além de ambos os enunciados possuírem força ilocucionária distinta, o primeiro é avaliativo enquanto o segundo é descritivo, mas se equivalem. E ao se equivalerem tornam o enunciado "Toda maçã que é A, B e C é uma maçã de qualidade superior" um enunciado analítico⁹, segundo Searle (2011, p. 135 – 136). Mas, parece haver algo no enunciado avaliativo que não está no enunciado descritivo. E isso faz com que, segundo Searle, concluamos equivocadamente que não haja aqui uma identidade analítica, pois quem afirma que uma maçã é de "qualidade superior" não pode afirmar que ela não contenha ao menos uma das propriedades descritas na definição estipulativa. Da mesma forma não se pode dizer que uma determinada maçã que tenha as propriedades A, B e C não é de "qualidade superior"¹⁰. Por conseguinte, poderíamos afirmar que a pergunta "Toda maçã que é A, B e C é uma maçã de

⁸ Tirado por Urmson da definição de maçã de "qualidade superior" do Ministério da Agricultura e da Pesca dos Estados Unidos.

⁹ Esta seria a forma lógica: $\forall x(Px \Leftrightarrow Sx)$. A maçã seria de qualidade superior se e somente se tivesse as propriedades A, B e C.

¹⁰ Como o próprio Searle (2011, p. 154) destaca, a definição estipulativa não tem somente a função de abreviação. Dizer que é de "qualidade superior" não tem somente a função de abreviar que "tem as propriedades A, B e C", pois há a questão de significação e uso – que envolve por um lado condições de verdade e por outro a finalidade.

qualidade superior?", nos termos de Moore, é uma questão fechada, dado que pela definição estipulativa ambos os termos (ter as propriedades A, B e C e ser de qualidade superior possuem a mesma significação). Nesta perspectiva, nossa avaliação é a de que Searle, mesmo sem argumentar diretamente contra o Argumento da Questão Aberta, obteve um contra-exemplo exitoso de uma questão fechada em que um dos termos é meramente descritivo enquanto o outro apresenta um componente avaliativo. Podemos considerar este como um segundo argumento searleano acerca da possibilidade de se derivar um *deve* de um *é*.

Vejamos agora uma terceira maneira como Searle procura provar a derivação de proposições avaliativas a partir de premissas puramente descritivas. Ele tenta fazê-lo a partir de descrições do fato institucional da promessa e apresenta cinco enunciados que envolvem e relacionam o ato de prometer e a obrigação.

1. Jones pronunciou as palavras "Prometo pagar cinco dólares a você, Smith".
 2. Jones prometeu pagar a Smith cinco dólares.
 3. Jones colocou-se sob (assumiu) uma obrigação de pagar a Smith cinco dólares.
 4. Jones está obrigado a pagar cinco dólares a Smith.
 5. Jones deve pagar cinco dólares a Smith.
- (SEARLE, 2011, p. 177).

Cada um destes enunciados se relaciona com o seguinte e com os demais. Não pretendemos reconstruir o argumento de Searle, mas trazer à discussão seus pontos principais – o que exige que os mesmos sejam apresentados ao menos sumariamente. A estratégia utilizada por ele é a de passar de premissas factuais para uma conclusão normativa (GIAROLO, 2013, p. 6), isto é, de a partir de enunciados descritivos chegar a um enunciado prescritivo. Para isso, aplica a regra de inferência dedutiva direta chamada *modus ponens* reiteradamente aos enunciados factuais¹¹ de 1 a 4 e a partir de tautologias chega até o enunciado prescritivo 5.

Prometer, para Searle (2011, p. 178) "é o ato de chamar a si uma obrigação". E podemos considerar que o enunciado que está entre aspas em

¹¹ Omitimos os passos intermediários (identificados com letras minúsculas após os números) cuja função é a de preencher certas lacunas argumentativas de importância secundária para o nosso foco, tais como a inclusão de cláusulas *ceteris paribus* (que significa, numa tradução livre, "todo o resto fica igual").

'1' é um ato de prometer se satisfizer as condições de intenções, crenças, ser uma fala inteligível e ser compreendida (SEARLE, 2011, p. 57; 178). Segundo o autor, '2' pode ser derivada de '1' sem que haja qualquer premissa avaliativa. Ambos, '1' e '2' são enunciados descritivos e a passagem do primeiro para o segundo não incluiu componente avaliativo algum. O ponto de partida de Searle é a sua teoria dos atos de fala (SEARLE, 2011) trabalhada a partir do pensamento de Austin – de quem era discípulo. Nela temos a distinção entre atos de enunciação, proposicionais e ilocucionários. Os atos ilocucionários possuem como característica serem proferidos em determinados contextos, sob certas condições e com certas intenções (SEARLE, 2011, p. 24 – 25). Fornecem um conteúdo proposicional no enunciado juntamente a uma força ilocucionária específica. Prometer se enquadra então como ato ilocucionário. Isso significa que ao prometer, as palavras proferidas pelo falante se relacionam com o mundo de uma forma particular.

A tendência para aceitar uma distinção rígida entre 'é/está' e 'deve', do mesmo modo que entre descrição e valoração, reside numa determinada concepção a respeito do modo como as palavras se relacionam com o mundo. (SEARLE, 1981, p. 241).

A passagem dos enunciados de '1' a '4' não inclui elementos prescritivos aparentes. É no enunciado '5' que surge o elemento prescritivo: o "deve". Em outras palavras, apesar de o enunciado '5' ter o mesmo conteúdo proposicional que os demais, possui força ilocucionária distinta. Efetivamente há algo específico na promessa que a distingue dos demais atos ilocucionários: uma determinada suposição, i. e., em toda promessa o ouvinte supõe uma obrigação (SEARLE, 1981, p. 81). É aí que entra um elemento que não é apenas descritivo e que surge no enunciado prescritivo 5. O elemento prescritivo "deve" possui uma força ilocucionária específica distinta de "colocou-se sob uma obrigação". Este último é descritivo, entretanto a significação é a mesma. Consequentemente o normativo parece já estar presente nos enunciados de '1' a '4', porém com forças ilocucionárias diferentes – pelo fato de que "supor uma obrigação para desempenhar um certo ato é o traço essencial de uma promessa" (SEARLE, 2011, p. 60).

A derivação de Searle portanto contorna a crítica de Moore. Isto porque Searle não empenha-se em definir o termo "bom" em uma questão fechada, mas procura mostrar que enunciados descritivos e prescritivos podem compor os termos de uma questão de tal espécie.

Apesar da crítica à "falácia naturalista" a partir da tentativa de demonstração de que podemos encontrar no ato ilocucionário da promessa o caminho para a derivação de um "deve" a partir de um "é", Searle (2011, p. 176) não identifica o "deve" da obrigação contida na promessa com um "deve moralmente" – o que significa que sua intenção com determinado procedimento não é de derivar valores morais. Wall (2008, p. 238) defende que a prova que Searle apresenta "é projetada para derivar valores morais" e que a ética teórica pode ter profundas implicações, mesmo que o próprio Searle negue que sua prova pretenda derivar valores morais de premissas puramente descritivas.

Embora a prova de Searle se mova de descrições de supostos fatos institucionais (e não, supostamente, de descrições da natureza humana), no entanto, a prova, se for sólida, exigiria que reavaliássemos a suposta barreira lógica entre meras descrições e obrigações morais. (WALL, 2008, p. 238).

Apesar disso, Searle (2011, p. 177) reconhece que tal derivação tem implicações no campo da filosofia moral. Notadamente a linguagem, mesmo não sendo um fato institucional, é a instituição social de base, "parte constitutiva da realidade institucional" (SEARLE, 2007, p. 89). Destarte o eventual êxito de sua derivação metaética tem consequências em uma análise ética de primeira ordem.

Recebido em 05/08/2021

Aprovado em 30/10/2021

REFERÊNCIAS

BRINK, David O. “Realism, naturalism, and moral semantics”. *Social Philosophy and Policy*, v. 18, n. 2, 2001, p. 154-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0265052500002946>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRITO, A. N. “Falácia naturalista e naturalismo moral. Do *é* ao *deve* mediante o *quero*”. *Kriterion*, v. 51, n. 121, 2010, p. 215-226. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/kr/v51n121/11.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GIAROLO, Kariel Antonio. “É possível derivar *dever ser* de *ser*?”. *Controvérsia*, v. 9, n. 1, jan.-abr. 2013, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/9644>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

JACKSON, Frank. *From metaphysics to ethics: A defence of conceptual analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KHLENTZOS, Drew. “Naturalism and the Question of Realism”. In: CLARK, K. J. *The Blackwell Companion to Naturalism*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016, p. 150-167.

MACINTYRE, Alasdair C. “Hume on ‘is’ and ‘ought’”. In: HUDSON, W. D. (Org.) *The is-ought question: a collection of papers on the central problem in moral philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 1969, p. 35-50.

MOORE, George E. *Principia ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

MOORE, George E. *Philosophical Studies*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1970.

MOORE, George E. *Principia ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

RODRÍGUEZ ORTIZ, Angélica María. “Searle y la posibilidad de derivar un ‘Debe’ de un ‘Es’”. *Escritos*, v. 23, n. 50, jan.-jun. 2015, p. 213-229. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/esupb/v23n50/v23n50a10.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SEARLE, J. R. “How to Derive ‘Ought’ from ‘Is’”. *The Philosophical Review*, Durham, v. 73, n. 1, jan. 1964, p. 43-58. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2183201>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEARLE, J. R. *Liberdade e neurobiologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, J. R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge university press, 2011.

URMSON, J. O. "Some Questions Concerning Validity". *Revue Internationale De Philosophie*, v. 7, n. 25, 1953, p. 217-229. Disponível em: <www.jstor.org/stable/23936811>. Acesso em: 14 ago. 2020.

WALL, Edmund. "Searle's Derivation, Natural Law, and Moral Relativism". *Philosophia*, v. 36, n. 2, 2008, p. 237-249. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11406-007-9104-6>>. Acesso em: 09 jul. 2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.